

Demonstrações contábeis regulatórias 2023

Rio Paraná Energia
S.A.

>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia” ou “Rio Paraná”) subsidiária da China Three Gorges Brasil Energia S.A. (“CTG Brasil”) submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As Demonstrações Contábeis foram submetidas à auditoria independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Resolução CVM nº 162/22. Também em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

Sumário

Mensagem da Administração	5
Perfil da Companhia	6
Diretrizes de atuação	8
Governança Corporativa	9
Conjuntura econômica e setorial	11
Contexto regulatório	12
Desempenho operacional	13
Desempenho econômico-financeiro	15
Auditores independentes	19
Demonstrações contábeis regulatórias	20
Balanços patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022	26
1. Informações gerais	26
2. Apresentação das demonstrações financeiras	30
3. Principais práticas contábeis regulatórias	31
4. Gestão de riscos do negócio	32
5. Caixa e equivalentes de caixa	35
6. Concessionárias e permissionárias	36
7. Tributos a recuperar/recolher	38
8. Depósitos judiciais	38
9. Imobilizado	39
10. Intangível	42
11. Fornecedores	44
12. Encargos setoriais	44
13. Empréstimos	46
14. Debêntures	46
15. Juros sobre o capital próprio a pagar	48
16. Partes relacionadas	49
17. Provisões para riscos	51



18.	Patrimônio líquido	55
19.	Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede.....	56
20.	Custos gerenciáveis – Parcela “B”	59
21.	Custos e despesas de benefícios a empregados	59
22.	Resultado financeiro	59
23.	Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos	60
24.	Lucro por ação.....	61
25.	Instrumentos financeiros	61
26.	Seguros	63
27.	Compromissos.....	64
28.	Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade	64
29.	Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.....	65
	Membros da Administração.....	69
	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	70

Mensagem da Administração

Encerramos 2023 consolidando uma agenda de avanços na Rio Paraná Energia nos aspectos prioritários para o negócio, em resultados operacionais e financeiros, na eficiência em processos e na garantia da segurança. Contribuindo com o balanço positivo dos esforços empregados, tivemos um cenário hidrológico favorável com repercussão na produção energética de nossas usinas e no cenário energético do país.

Juntas, as UHEs Ilha Solteira e Jupiá atingiram 18.025 GWh de geração hidrelétrica em 2023, uma expansão de 15,3% em relação aos volumes gerados em 2022.

No âmbito financeiro, mesmo em um ano marcado por volatilidade no cenário econômico, a Rio Paraná apresentou resultados consistentes. O crescimento de nosso lucro líquido foi de R\$ 264,6 milhões – fechamos 2023 com R\$ 1.949 milhões, 15,7% acima do obtido no ano anterior.

O principal projeto da Rio Paraná, a modernização das duas UHEs, está prestes a finalizar a segunda fase prevista no plano de investimento. Em um processo evolutivo de melhoria, os ganhos de aprendizado se mostram na execução de um cronograma mais ajustado ao planejado e na eficiência da gestão.

Diante da magnitude das obras de modernização em andamento, envolvendo grandes equipes, nosso compromisso com a segurança e o valor da vida dos funcionários apresentou-se de forma robusta, com um índice zero de acidentes ocupacionais com afastamento. Quanto à segurança das comunidades que nos rodeiam, demos andamento à implantação de uma série de medidas de prevenção e mitigação de riscos relacionados aos empreendimentos, com destaque para segurança de barragens.

Nosso compromisso com a melhoria contínua é consolidado com a conquista da recertificação nas normas ISO 9.001, ISO 14.001, ISO 45.001, ISO 55.001 para a gestão das duas usinas do nosso portfólio, o que coloca a Rio Paraná em destaque entre os empreendimentos de geração de energia no Brasil.

Agradeço a contribuição de todos que se esforçaram para que a Rio Paraná continue em sua trajetória de crescimento sustentável em benefício da energia limpa no Brasil.

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

Perfil da Companhia

Subsidiária direta da CTG Brasil, a Rio Paraná Energia opera as usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupiá, ambas localizadas no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Juntos, esses ativos somam 4.995,2 MW de capacidade total instalada.

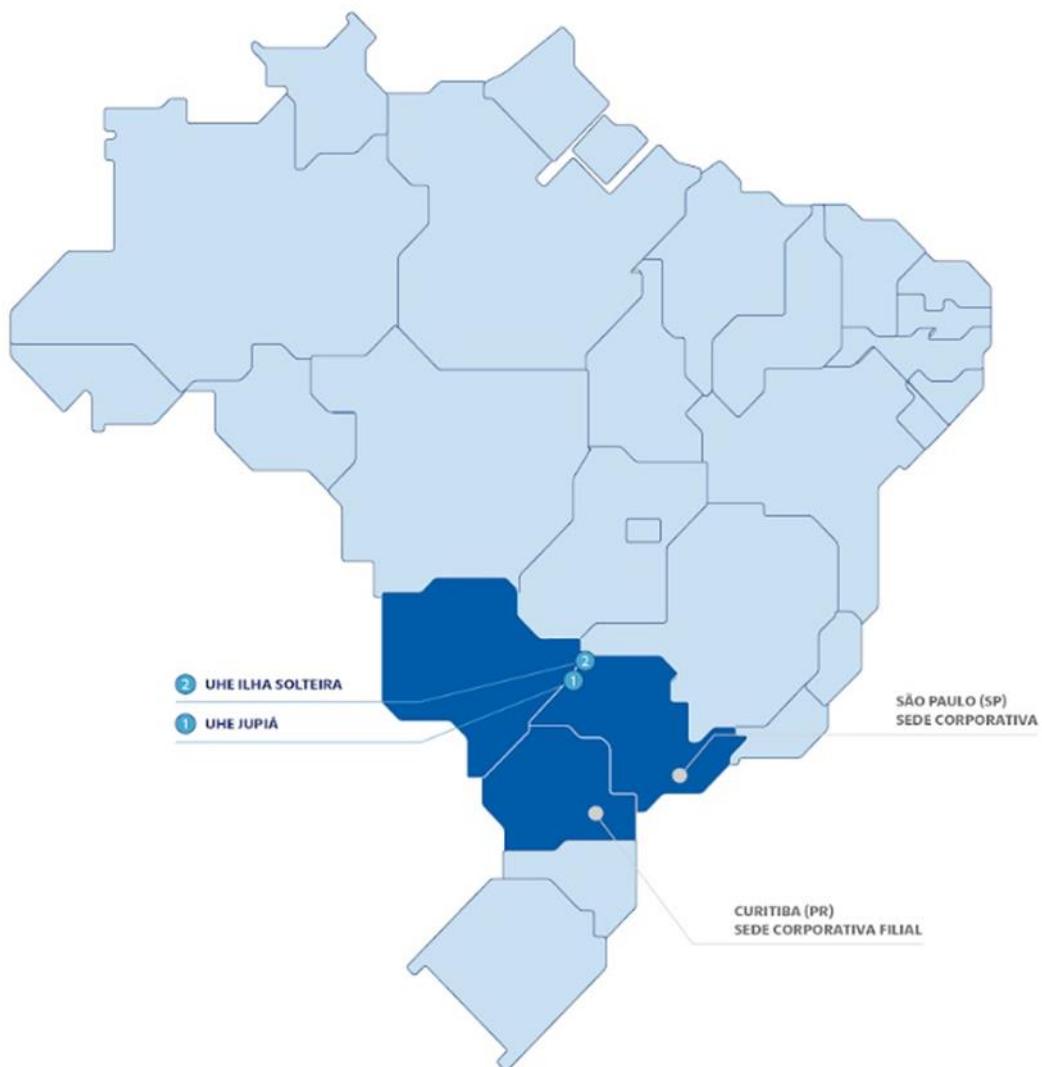
Com 20 unidades geradoras, a UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil, e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, desempenhando importante função no controle de tensão e na frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), possui reservatório de acumulação com 1.195 km² de área e 5,6 km de extensão de barragem.

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias) possui 14 unidades geradoras e situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Esta unidade dispõe de uma eclusa, possibilitando a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as atividades de suporte da Rio Paraná são realizadas pela CTG Brasil. Um projeto de modernização das duas usinas está em andamento desde 2017 e a previsão é que seja concluído até 2038. O valor do investimento é de R\$ 3 bilhões e o plano é modernizar as 34 unidades geradoras de energia, estendendo a vida útil das usinas.

A segunda fase de execução do projeto nas UHEs Jupiá e Ilha Solteira está em andamento com seis unidades já modernizadas (geradores, turbinas e seus auxiliares) e duas unidades em processo de finalização, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2024. Com isso, 10 das 34 unidades incluídas no projeto já foram entregues com sucesso, tornando a Companhia referência na modernização de usinas no País.

Mapa de operações da Rio Paraná



Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento da concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.845,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.489,9		

Diretrizes de atuação

Por meio do Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, a Companhia assegura a ética e a integridade que norteiam seus valores e decisões e constituem a base de suas atividades e relacionamentos. Atualizados regularmente em treinamentos sobre os padrões Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores assumem responsabilidades por um ambiente fundamentado na ética profissional e observâncias às políticas internas e leis aplicáveis aos negócios.

Os treinamentos também preveem a conformidade de 100% dos colaboradores às normas adotadas pela Companhia em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2013) e à proteção dos dados pessoais.

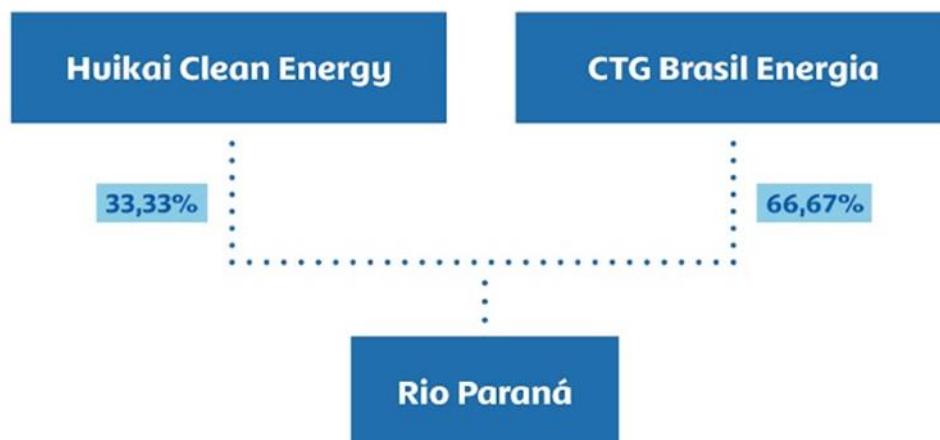
O compromisso com a ética e a integridade foi reafirmado em 2023 pela atribuição da ISO 37301 e da 37001 ao Programa de Compliance, conferindo maior robustez ao sistema de gestão de risco da Companhia.

Governança Corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital.

A Companhia está listada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante seus credores.

A estrutura de governança da Rio Paraná é formada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. Conselho de Administração é indicado pelos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, sendo formado por quatro membros, dois deles nomeados pelo sócio minoritário. Uma das funções do Conselho é indicar os membros da Diretoria Executiva.



Estrutura de governança corporativa (em 31/12/2023)

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Liyi Zhang	Presidente do Conselho
Xingyang Cao	Membro do Conselho
Zhilong Chen	Membro do Conselho
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Membro do Conselho



Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Evando Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Cesar Teodoro	Diretor
Márcio José Peres	Diretor
Yan Yang	Diretor

Conjuntura econômica e setorial

O ano de 2023 se mostrou desafiador para o mercado de dívidas, afetado por uma sequência de eventos empresariais negativos. Esses fatos propiciaram um clima de aversão a riscos que acarretou o encarecimento do crédito para todos os setores da economia. Os spreads ficaram bastante elevados mesmo para os players com ratings altos, como é o caso da Rio Paraná.

No cenário político nacional, o ano foi marcado pelo início de um novo governo e avanços na reforma fiscal, com as implicações conjunturais trazidas por essas circunstâncias.

Em relação ao contexto setorial, mesmo apresentando indicadores melhores que os previstos e a aprovação de uma nova estrutura fiscal para o País, permanecem incógnitas para os investimentos e preços de energia.

O Produto Interno Bruto (PIB) encerrou 2023 com um acumulado de 2,4% frente ao mesmo período de 2022. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, registrou inflação acumulada de 5%.

A queda da inflação impactou diretamente a taxa de juros praticada no ano, quando a Selic (taxa básica de juros estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional do Banco Central fechou em dezembro em 11,8%, uma redução de 2% em relação a dezembro de 2022.

A taxa de câmbio, vital para as operações da CTG Brasil, encerrou o ano em R\$ 4,89, uma queda de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2022.

Os resultados do ano, acima do previsto, ocasionaram mudanças nas previsões para 2024. O Boletim Focus divulgado em janeiro pelo Banco Central mantinha a projeção de 2,92% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil de 2023 e de 1,52% para 2024.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2021	2022	2023
IGP-M	17,78%	5,45%	-3,18%
IPCA	10,06%	5,79%	4,62%
Taxa de Câmbio (USD)	5,580	5,220	4,890
Taxa Selic	9,25%	13,75%	11,75%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	5,32%	7,20%	6,55%

Contexto regulatório

A Rio Paraná permanece atenta – e contribuindo em discussões com seus pares e associações setoriais – ao que se refere às demandas regulatórias que impactam o futuro da indústria hidrelétrica no Brasil.

Desde 2022, como última etapa do Acordo GSF (*Generation Scaling Factor*), a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a alteração do término de vigência das outorgas das UHEs Jupiá e Ilha Solteira, em função da repactuação do risco hidrológico. Os contratos de concessão das duas usinas foram estendidos por aproximadamente dez meses.

Outro tema de destaque no ano foi o reconhecimento da ONS à demanda de resarcimento por indisponibilidades de máquinas causada por fato excepcional e de não responsabilidade da operação quanto à proliferação de plantas aquáticas (macrófitas) na UHE Jupiá. A Companhia conseguiu o expurgo de 6 mil horas.

	Data fim da concessão	Nova data fim da concessão	Extensão do prazo de concessão (meses)
UHE Ilha Solteira	03/07/2046	18/04/2047	9,6
UHE Jupiá	03/07/2046	17/04/2047	9,6

Desempenho operacional

Juntas, as UHEs Ilha Solteira e Jupiá atingiram 18.025GWh de geração hidrelétrica em 2023, uma expansão de 15,3% em relação aos volumes gerados em 2022. A disponibilidade do parque gerador, que foi de 94,72%, manteve-se acima dos índices de referência do órgão regulatório.

Esse incremento se deve, principalmente, à melhora significativa do cenário hidrológico observada, não só na bacia do Paraná, mas em praticamente todas as bacias do Sistema Interligado Nacional em 2023. Houve chuvas acima da média durante todo o período úmido, resultando na adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que visavam a redução dos vertimentos e, consequentemente, um melhor aproveitamento dos recursos.

A área de gestão de ativos da Rio Paraná obteve a recertificação da ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

Modernização das UHEs

Teve continuidade em 2023 a modernização das UHEs operadas pela Rio Paraná Energia dentro dos parâmetros planejados, com a conclusão prevista para 2038.

As melhorias operacionais obtidas até o estágio atual do projeto foram reconhecidas pelos órgãos reguladores com a ampliação do limite de disponibilidade. Desde o início do projeto, em 2017, dez máquinas foram reformadas nas duas usinas, construídas na década de 1970. As ações de renovação do segundo lote contemplaram a instalação, substituição e montagem de oito unidades geradoras (turbinas, geradores e sistemas auxiliares), além da etapa de testes.

No total, a modernização exigirá um investimento de R\$ 3 bilhões até a conclusão em 2038. Na implementação do terceiro momento do projeto, está planejada a renovação de mais seis unidades geradoras. O processo de licitação e contratação dos fornecedores teve início em 2023, com previsão de contratação ainda no primeiro semestre de 2024.

O projeto colocará as UHEs em um novo patamar de performance de longo prazo, sobressaindo-se quanto a disponibilidade, confiança, alto nível de automação, redução de custos de manutenção e reforço das condições de segurança de pessoal e equipamentos, entre outros avanços. As medidas preparam as UHEs para atuar por mais 50 anos em um alto nível de eficiência e produtividade.

Geração de energia (GWh)

Subsidiárias	Triênio			Variação
	2021	2022*	2023	
UHE Ilha Solteira	9.393,2	10.051,3	12.710,0	26,5%
UHE Jupiá	5.537,2	5.585,3	5.314,5	-4,8%
Total	14.930,4	15.636,6	18.024,5	15,3%

*Os dados de 2022 sofreram alterações pois foram retirados diretamente do sistema de medição de faturamento que possui comunicação direta com a câmara de comercialização de energia. Toda alteração feita na câmara é refletida nos dados oficiais da empresa.

Índice de disponibilidade* (percentual)

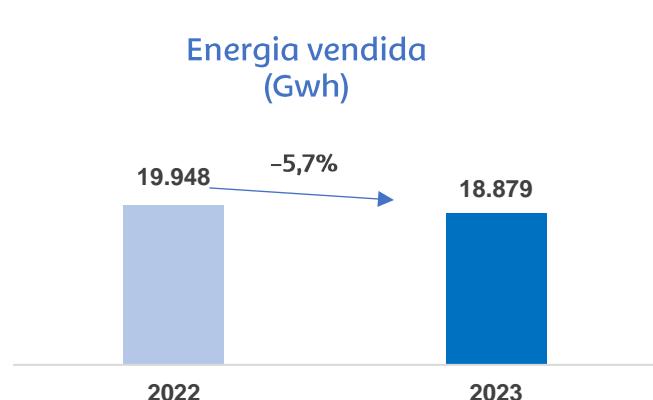
Usinas	Triênio			Limite regulatório
	2021	2022	2023	
UHE Ilha Solteira	95,36%	95,37%	95,53%	94,76%
UHE Jupiá	91,16%	92,84%	92,93%	91,08%
Consolidado (média)	94,05%	94,58%	94,72%	93,62%

O índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)(1-TEIFa). Os valores apresentados se referem ao mês de dezembro de cada ano.

Comercialização

A energia gerada pela Rio Paraná é comercializada por uma área específica, cujos processos foram recertificados pela ISO 9001 em 2023 e novamente se mostraram eficazes. Em 2023, a Rio Paraná vendeu 18.879,9 GWh de energia, 5,7% a menos do que os 19.948 GWh comercializados em 2022. Desse montante, 13.741,3 GWh foram direcionados ao mercado regulado (ACR) e 5.138,6 GWh ao mercado livre (ACL).

Energia vendida em 2023



Desempenho econômico-financeiro

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do período base desta demonstração contábil, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

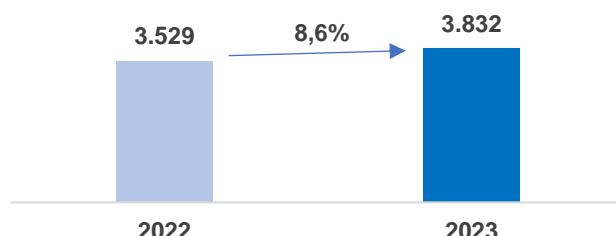
R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	4.391.264	4.045.942	8,5%
(-) Deduções à receita operacional	(558.879)	(517.025)	8,1%
Receita líquida / Ingresso líquido	3.832.385	3.528.917	8,6%
(-) Custos e despesas operacionais	(1.333.277)	(1.292.164)	3,2%
Resultado da atividade	2.499.108	2.236.753	11,7%
Ebitda	3.003.281	2.732.303	9,9%
Margem Ebitda (%)	78,4%	77,4%	1 p.p.
Resultado de participações societárias	39	42	-7,1%
Resultado financeiro	(3.194)	(23.145)	-86,2%
Resultado antes de impostos	2.495.953	2.213.650	12,8%
Lucro líquido do exercício	1.948.553	1.683.997	15,7%
Margem líquida (%)	50,8%	47,7%	3,1 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em R\$	0,27780	0,24008	15,7%

Receita

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 3.832,4 milhões, que representa um crescimento de R\$ 303,5 milhões ou + 8,6% em relação ao ano de 2022. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Crescimento de R\$ 245,5 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo IPCA;
- Crescimento de R\$ 62,5 milhões no ambiente de contratação livre (ACL) principalmente em razão do melhor preço praticado nos contratos bilaterais na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 37,4 milhões nas receitas brutas do MCP e MRE, uma vez que, com um cenário hidrológico favorável, houve uma maior geração nas Usinas da Rio Paraná e também um maior volume de energia liquidado no mercado de curto prazo, apesar da redução do preço de energia de curto prazo (PLD).

**Receita operacional líquida
(R\$ milhões)**



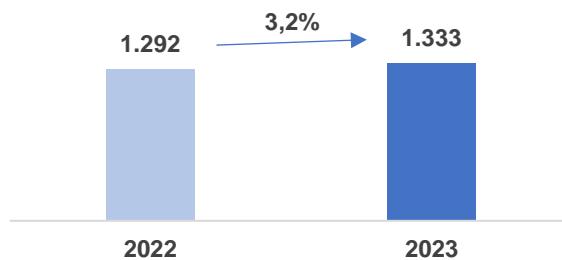
Custo e despesas operacionais

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	Variação
Energia elétrica comprada para revenda	18.190	29.577	-38,5%
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	574.881	536.950	7,1%
Pessoal e administradores	93.715	89.061	5,2%
Material	8.100	8.454	-4,2%
Serviços de terceiros	114.073	110.227	3,5%
Arrendamentos e aluguéis	768	2.184	-64,8%
Seguros	10.442	8.509	22,7%
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.469	-	100,0%
Depreciação e amortização	504.173	495.550	1,7%
Outras despesas operacionais líquidas	2.466	11.652	-78,8%
	1.333.277	1.292.164	3,2%

Os custos e despesas operacionais apresentaram crescimento de R\$ 41,1 milhões ou 3,2%, quando comparado ao ano de 2022. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 11,4 milhões na rubrica de energia comprada, principalmente em virtude do melhor cenário hídrico na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 37,9 milhões nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST);
- Depreciação e amortização tiveram aumento de R\$ 8,6 milhões em razão, principalmente, da evolução do projeto de modernização;
- Registro de R\$ 6,5 milhões na linha de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em razão de não cumprimento de cláusula contratual por contraparte.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda

O *Ebitda* é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o *Ebitda* fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O *Ebitda* não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2023 totalizou R\$ 3.003,3 milhões. Esse ótimo desempenho representa um crescimento de R\$ 271 milhões ou +9,9% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação positiva deve-se basicamente ao aumento da receita operacional líquida da Companhia.

A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 78,4%, representado aumento em relação ao resultado observado no ano anterior.



Resultado financeiro

<u>R\$ mil (exceto quando indicado)</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Variação</u>
Receitas			
Aplicações financeiras	73.077	107.319	-31,9%
Variações monetárias	52.816	43.198	22,3%
Variação cambial ativa	399.722	850.111	-53,0%
Outras receitas financeiras	206	255	-19,2%
	525.821	1.000.883	-47,5%
Despesas			
Juros	(263.276)	(348.580)	-24,5%
Variação cambial passiva	(248.054)	(648.957)	-61,8%
Variações monetárias	(15.743)	(24.347)	-35,3%
Outras despesas financeiras	(1.942)	(2.144)	-9,4%
	(529.015)	(1.024.028)	-48,3%
Resultado financeiro líquido	(3.194)	(23.145)	-86,2%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 3,2 milhões, representando uma melhora de R\$ 20 milhões em relação ao ano de 2022. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 75,4 milhões nas despesas com juros relativos ao empréstimo mantido junto ao Banco Mitsubishi em razão da liquidação dessa dívida no mês de julho de 2023;
- Redução de R\$ 63,9 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Companhia junto à CTG Luxemburgo, principalmente em virtude do menor saldo da dívida e das antecipações de amortizações efetuadas durante o ano de 2023;
- Redução de R\$ 49,5 milhões no resultado favorável líquido decorrente da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelo menor saldo da dívida na comparação entre os períodos e, também, em virtude de uma pequena redução na valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2023. Em 2023, houve valorização de 6,3% (de R\$ 5,2177 para R\$ 4,8900) enquanto em 2022 a moeda brasileira já tinha valorizado 6,5% (de R\$ 5,5805 para R\$ 5,2177);
- Elevação de R\$ 54 milhões nos juros sobre debêntures, basicamente em virtude do primeiro ano completo do reconhecimento dos juros da debênture captada pela Companhia em junho de 2022 (3ª emissão série única);

- Redução de R\$ 35,2 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do menor saldo médio de caixa e redução no CDI na comparação entre os exercícios.

Endividamento

R\$ mil (exceto quando indicado)	2023	2022	Variação %
Debêntures	2.066.866	2.135.594	-3,2%
Curto prazo	356.534	121.172	194,2%
Longo prazo	1.710.332	2.014.422	-15,1%
Empréstimos	-	675.707	-100,0%
Curto prazo	-	675.707	-100,0%
Partes relacionadas	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Curto prazo	381.345	818.266	-53,4%
Longo prazo	746.367	1.608.791	-53,6%
Caixa e equivalentes de caixa	(555.507)	(1.162.107)	-52,2%
Dívida líquida	2.639.071	4.076.251	-35,3%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

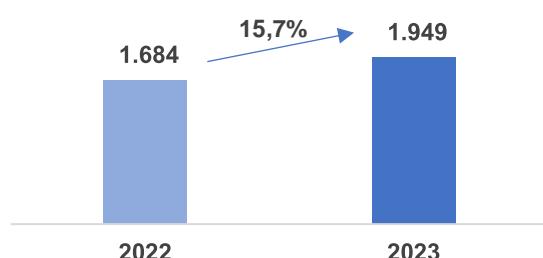
Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 35,3% ou R\$ 1.437,2 milhões na comparação com a posição final de 2022. Essa redução se deu principalmente em razão das antecipações de amortizações das parcelas do empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto a CTG de Luxemburgo, bem como, da liquidação do empréstimo da Companhia junto ao Banco Mitsubishi.

	Remuneração	Vencimento	2023	2022	Variação
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2025	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	-	675.707	-100,0%
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	-	119.229	-100,0%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	326.810	312.655	4,5%
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	204.850	204.819	0,0%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	745.671	709.409	5,1%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	789.535	789.482	0,0%
			3.194.578	5.238.358	-39,0%

Lucro líquido

Apesar de todos os desafios de 2023, a Rio Paraná apresentou mais um ano de ótimo desempenho de resultados. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.948,6 milhões, o que representa um crescimento importante de R\$ 264,6 milhões ou +15,7%, quando comparado ao desempenho obtido no ano de 2022.

**Lucro líquido
(R\$ milhões)**



Auditores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que podem ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanços patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	555.507	1.162.107
Concessionárias e permissionárias	6	394.850	366.587
Partes relacionadas	16	976	61.517
Tributos a recuperar	7	5.479	4.467
Serviços em curso		49.830	50.153
Outros créditos		35.803	34.550
Total do ativo circulante		1.042.445	1.679.381
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	6	-	40
Impostos diferidos	23.2	78.836	128.517
Depósitos judiciais	8	589.715	537.038
		668.551	665.595
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		-	1.173
Imobilizado	9	1.885.602	1.641.024
Intangível	10	10.328.690	10.774.468
Total do ativo não circulante		12.882.843	13.082.260
Total do ativo		13.925.288	14.761.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balanços patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	11	86.500	101.624
Partes relacionadas	16	389.829	825.843
Encargos setoriais	12	83.209	77.645
Empréstimos	13	-	675.707
Debêntures	14	356.534	121.172
Salários, provisões e contribuições sociais		27.253	24.932
Juros sobre o capital próprio - JSCP	15	641.750	544.000
Tributos a recolher	7	271.770	287.000
Provisões para riscos	17	19.883	-
Outras obrigações		2.356	1.947
Total do passivo circulante		1.879.084	2.659.870
Não circulante			
Encargos setoriais	12	23.744	27.448
Debêntures	14	1.710.332	2.014.422
Partes relacionadas	16	746.367	1.608.791
Impostos diferidos	23.2	104.580	-
Provisões para riscos	17	3.084	185.302
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		302	-
Outros Passivos Não Circulantes		1.760	3.324
Total do passivo não circulante		2.590.169	3.839.287
Total do passivo		4.469.253	6.499.157
Patrimônio líquido	18		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva Legal		622.281	509.710
Reservas de lucros		2.184.739	1.103.757
Total do patrimônio líquido		9.456.037	8.262.484
Total do passivo e patrimônio líquido		13.925.290	14.761.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	19.2	4.325.534	4.017.583
Suprimento de energia elétrica		65.730	28.359
Energia elétrica de curto prazo		4.391.264	4.045.942
Tributos			
ICMS		(6)	(3.417)
PIS-PASEP		(69.554)	(66.702)
COFINS		(320.371)	(307.232)
		(389.931)	(377.351)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(38.324)	(35.289)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(117.863)	(91.507)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(12.761)	(12.878)
		(168.948)	(139.674)
Receita líquida / Ingresso líquido		3.832.385	3.528.917
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	19.3	(18.190)	(29.577)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	19.4	(574.881)	(536.950)
		(593.071)	(566.527)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.239.314	2.962.390
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	20		
Pessoal e administradores	21	(93.715)	(89.061)
Material		(8.100)	(8.454)
Serviços de terceiros		(114.073)	(110.227)
Arrendamentos e aluguéis		(768)	(2.184)
Seguros		(10.442)	(8.509)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.3	(6.469)	-
Depreciação e amortização		(504.173)	(495.550)
Outras despesas operacionais líquidas		(2.466)	(11.652)
		(740.206)	(725.637)
Resultado da atividade		2.499.108	2.236.753
Equivalência patrimonial		39	42
Resultado financeiro	22		
Receitas		525.821	1.000.883
Despesas		(529.015)	(1.024.028)
		(3.194)	(23.145)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.495.953	2.213.650
Despesa com impostos sobre o lucro	23	(547.400)	(529.653)
Lucro líquido do exercício		1.948.553	1.683.997
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	24	0,27780	0,24008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado abrangente

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.948.553	1.683.997
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.948.553	1.683.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Em 31 de dezembro de 2022	6.649.017	509.710	1.103.757	-	8.262.484
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.948.553	1.948.553
Destinação do lucro líquido do exercício					
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(755.000)	(755.000)
Transferência entre reservas	-	112.571	1.080.982	(1.193.553)	-
	-	112.571	1.080.982	(1.948.553)	(755.000)
Em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	2.184.739	-	9.456.037

	Capital social	Reserva		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Em 31 de dezembro de 2021	6.649.017	413.201	156.805	-	7.219.023
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.683.997	1.683.997
IFRS 16 - Contratos de locação	-	-	(536)	-	(536)
Destinação do lucro líquido do exercício					
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(640.000)	(640.000)
Transferência entre reservas	-	96.509	947.488	(1.043.997)	-
	-	96.509	947.488	(1.683.997)	(640.000)
Em 31 de dezembro de 2022	6.649.017	509.710	1.103.757	-	8.262.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.495.953	2.213.650
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	20	504.173	495.550
Equivalência patrimonial		(39)	(42)
Apropriação de juros sobre empréstimo	13.4	44.008	119.437
Juros e amortização de custos sobre debêntures		140.149	85.881
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas		(71.563)	(57.165)
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(52.593)	(43.097)
Constituições e reversões de provisões para riscos	17.2.2	2.866	(283)
Variação monetária sobre provisão para riscos	17.2.2	12.789	20.412
Baixas no ativo imobilizado e intangível		81	13.689
Outras variações		(11)	-
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		(28.223)	(40.952)
Despesas antecipadas		-	(3.560)
Depósitos judiciais		(97)	(71)
Serviços em curso		323	(16.324)
Partes relacionadas		60.585	(980)
Impostos, taxas e contribuições		-	166
Outros créditos		(2.408)	(15.394)
Variação nos passivos:			
Fornecedores		(15.124)	19.875
Encargos setoriais		1.860	15.473
Partes relacionadas		863	2.114
Salários, provisões e contribuições sociais		2.321	4.607
Provisões para riscos		(177.977)	(495)
Capitalização de debêntures		113.598	134.458
Impostos, taxas e contribuições		(145.982)	(93.855)
Outras obrigações		357	2.788
Caixa gerado pelas operações:		2.885.909	2.855.882
Pagamento de juros sobre debêntures	14.4	(202.475)	(158.093)
Pagamento de juros sobre empréstimos	13.4	(44.715)	(120.210)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas		(77.780)	(148.662)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(383.681)	(407.473)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.177.258	2.021.444
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(303.339)	(349.186)
Caixa líquido de controlada incorporada	1.7	449	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(302.890)	(349.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Captação de debêntures		-	800.000
Custo de transação pela emissão de debêntures		-	(3.065)
Pagamento de dividendos		-	(9.351)
Pagamento de debêntures	14.4	(120.000)	(120.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.2	(544.000)	(340.000)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	16.5.1	(1.141.968)	(611.887)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	13.4	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.480.968)	(959.303)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa:		(606.600)	712.955
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.162.107	449.152
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		555.507	1.162.107
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(606.600)	712.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do valor adicionado

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Venda de energia		3.974.992	4.045.940
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.3	(6.469)	-
		3.968.523	4.045.940
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(237.620)	(623.361)
Materiais e serviços de terceiros		(115.092)	(117.604)
Outros custos operacionais		(18.348)	(20.397)
		(371.060)	(761.362)
Valor adicionado bruto		3.597.463	3.284.578
Depreciação e amortização	20	(504.173)	(495.550)
Valor adicionado líquido produzido		3.093.290	2.789.028
Equivalência patrimonial		39	42
Outras receitas financeiras		529.406	1.006.135
Valor adicionado recebido em transferência		529.445	1.006.177
Valor adicionado total a distribuir		3.622.735	3.795.205
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		48.892	47.732
Benefícios		16.006	14.627
FGTS		4.103	4.037
Provisão para gratificação (bônus)		-	70
Participação nos resultados		11.997	10.116
		80.998	76.582
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.027.184	976.593
Estaduais		144	3.771
Municipais		35.764	27.821
		1.063.092	1.008.185
Remuneração de capitais de terceiros			
Arrendamentos e aluguéis		957	2.363
Outras despesas financeiras		529.135	1.024.078
		530.092	1.026.441
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio	18.4	755.000	640.000
Lucros retidos		1.193.553	1.043.997
		1.948.553	1.683.997
Valor adicionado distribuído		3.622.735	3.795.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência nos termos do artigo 8º da Lei 12.783/2013, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 836.639 (R\$ 980.489 em 31 de dezembro de 2022), sendo a redução decorrente substancialmente do pagamento das atividades de financiamento.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia (MME), que detém autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pelas companhias e suas subsidiárias é realizado de acordo com as cláusulas dos contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. Conforme os contratos de concessão de distribuição, as empresas têm autorização para cobrar dos consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia, composta por duas parcelas: uma referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A) e outra referente a custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para períodos iniciais determinados.

Após os períodos iniciais, a ANEEL possui a autoridade para revisar os custos da empresa, determinando o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), se existir, para os Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) no período subsequente. Essa revisão pode resultar em um ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Além dos ajustes mencionados, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em diversos fatores, incluindo a inflação.

No ramo de geração, as empresas, além de vender energia por meio de leilões para distribuidoras no mercado cativo, também comercializam energia no mercado livre (ACL) para Consumidores Livres. O mercado livre envolve a negociação de energia entre concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), autogeradores, comercializadores e

importadores de energia. Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede os limites estabelecidos, que foram alterados conforme abaixo:

- i. A partir de 01 de janeiro de 2021, os consumidores com carga igual ou superior a 1.500 kW e em qualquer nível de tensão
- ii. A partir de 01 de janeiro de 2022, os consumidores com carga igual ou superior a 1.000 kW e em qualquer nível de tensão
- iii. A partir de 01 de janeiro de 2024, os consumidores com carga igual ou superior a 500 kW e em qualquer nível de tensão

Quanto à transmissão, as empresas têm autorização para cobrar tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) de acordo com os contratos de concessão. Essas tarifas são reajustadas anualmente, na mesma data dos reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão.

O transporte de energia elétrica em larga escala no Brasil é realizado pela Rede Básica, composta por linhas de transmissão e subestações com tensão igual ou superior a 230 kV. O acesso a essa rede, conhecido como Livre Acesso, é garantido por lei e regulamentado pela ANEEL. A operação e administração da Rede Básica são atribuídas ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), uma entidade privada regulada e fiscalizada pela ANEEL.

O ONS é responsável pelo gerenciamento do despacho de energia elétrica, otimizando o uso dos reservatórios das hidrelétricas e do combustível das termelétricas no sistema interligado nacional.

1.3. Concessão

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia, de acordo com o primeiro termo aditivo de 07 outubro de 2022 ao contrato de concessão número 01/2016:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.489,9		

1.4. Revisão das garantias físicas de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realística.

A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicado em 30 de novembro de 2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN), dentre elas, as usinas da Companhia.

1.5. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações contábeis em decorrência de tal decisão.

1.6. Diferença de alíquota Pis e Cofins

Em ação de fiscalização promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência emitiu o Despacho nº 497 de 28 de fevereiro de 2023, determinando à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o recálculo e recontabilização do valor dos Impostos e Contribuições (VIC) para o período entre janeiro de 2016 a janeiro de 2022, a ser pago pela Companhia à CCEE em função das diferenças na apuração das alíquotas adotadas pela Companhia, com exceção ao mês de março de 2016, em que não houve divergência das alíquotas informadas, referentes às usinas hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cota de Garantia Física (CCGF) outorgadas à Companhia.

Considerando que há discussão sub judice entre a Receita Federal e a Companhia, na qual discute-se o regime tributário imputado a ela no ano de 2016, a Companhia protocolou Pedido de Reconsideração cumulado com pedido de efeito suspensivo na ANEEL em 10 de março de 2023 requerendo a suspensão temporária da aplicação do Despacho nº 497/2023 até o trânsito em julgado da ação na esfera judicial. Alternativamente, a Companhia pleiteou o entendimento da Agência quanto à emissão de novo comando determinando a devolução dos valores pagos à CCEE em função do Despacho nº 497/2023 no caso de seu enquadramento no Regime Não Cumulativo, situação em que deverá repassar os valores das alíquotas então pagos à CCEE, à Receita Federal.

Na 16ª sessão da Reunião Pública Ordinária da Diretoria, a ANEEL ratificou a determinação para que a CCEE proceda com o “recálculo e recontabilização da VIC pagos pelas distribuidoras cotistas no período acima citado, incluindo as usinas hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF) outorgadas à Companhia através do Despacho ANEEL nº 1.326, publicado no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2023.

Com isso, confirmou-se a realização da reapuração dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre a receita fixa das usinas que participam do regime de Cotas de Garantia Física (CGF), realizada pela CCEE, resultando na redução de R\$ 155,5 milhões na liquidação da receita de cotas da Companhia referente ao mês de junho, registrada em julho de 2023. A partir da apuração inicial houve uma nova revisão da apuração com liquidação complementar de R\$ 20,3 milhões, em outubro de 2023, conforme nota explicativa nº 17.

1.7. Atualização da receita anual de geração – (RAG) ciclo 2023/2024

Foi publicada em 18 de julho de 2023 a Resolução Homologatória nº 3.225/2023 para a Receita Anual de Geração (RAG) referente ao período de julho de 2023 até junho de 2024. Devido aos excelentes índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 31,4 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE.

1.8. Incorporação do acervo contábil da Rio Paraná Eclusas Ltda.

Em 01 de setembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Paraná Eclusas Ltda (Incorporada), avaliado na data base de 31 de julho de 2023, através do laudo de avaliação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A incorporação consiste na absorção pela Companhia, da sociedade incorporada com todos seus ativos e passivos, sendo que a Companhia sucederá a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

Considerando o fato da Incorporada ser uma Sociedade não mais operacional, a presente transação constitui, no entendimento da Administração de ambas as Companhias, o melhor caminho para se alcançar maior eficiência administrativa, operacional e tributária para o grupo CTG, simplificando a estrutura societária no Brasil e reduzindo os custos e despesas da Companhia.

A Incorporação ocorrerá sem a necessidade de aumento de capital e sem atribuições de ações da Companhia.

O acervo líquido da Incorporada, foi reconhecido contabilmente em 01 de setembro de 2023 referente a data base de 31/08/2023, como consequência dessa ação, operar-se-á na contabilidade da Companhia uma mera substituição dos ativos representados por sua conta de investimentos e referentes à participação no capital social da Incorporada, pelos elementos ativos e passivos integrantes do Balanço.

	Ativo	31/08/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		449
Tributos a recuperar		771
Total do ativo		1.220
	Passivo	31/08/2023
Circulante		
Tributos a recolher		8
Total do passivo		8
Acervo líquido contábil		1.212

O acervo líquido contábil incorporado pela Companhia foi reconhecido através da baixa do investimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e ajustes de natureza procedural face a revisão do referido manual, versão 2022, aprovada por meio do Despacho número 2.904/2021 datado de 17 de setembro de 2021, pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022 e pela Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 29, para melhor entendimento do leitor.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) não requer a apresentação dessa demonstração, entretanto, está sendo apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.4);
- ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 19.4);
- iii. Provisões para riscos (nota explicativa nº 17); e
- iv. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 23.2).

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluídos, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL (nota explicativa nº 12.4).

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.4. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50 / IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3) / IFRS 10) e (CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1) / IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23 / IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32 / IAS 12).

Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e irão gerar impacto nas próximas divulgações:

- Requisitos gerais de divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade (IFRS S1) - janeiro de 2024 (opcional) e janeiro de 2025 (obrigatório);
- Divulgações financeiras relacionadas a mudança climática (IFRS S2) - janeiro de 2024 (opcional) e janeiro de 2025 (obrigatório).

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante de ajuste é o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) do *Generation Scaling Factor* (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, patrimônio líquido, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures, empréstimos e partes relacionadas) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 1ª emissão série 2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	181.077	176.897	-	357.974
Debêntures 2ª emissão série 1	Variação DI + 1,20% ao ano	207.332	-	-	207.332
Debêntures 2ª emissão série 2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	36.222	37.431	1.147.325	1.220.978
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	98.115	81.979	877.258	1.057.352
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dólar	414.076	802.797	-	1.216.873
		936.822	1.099.104	2.024.583	4.060.509

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (notas explicativas nº 13 e 14).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, empréstimos e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultorias especializadas.

Demonstramos a seguir os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação do indexador do valor contábil	Variação do indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	11,65%	9,15%	555.403	64.704	50.819	(13.885)
				555.403	64.704	50.819	(13.885)
Passivos financeiros							
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	4,84	4,98	(1.127.712)	(1.176.091)	(1.210.977)	(34.886)
Debêntures - 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	4,53%	4,16%	(326.810)	(35.805)	(34.539)	1.266
Debêntures - 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	11,65%	9,15%	(204.850)	(26.610)	(21.427)	5.183
Debêntures - 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	4,53%	4,16%	(745.671)	(69.848)	(67.001)	2.847
Debêntures - 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	11,65%	9,15%	(789.535)	(103.352)	(83.359)	19.993
				(3.194.578)	(1.411.706)	(1.417.303)	(5.597)
Total da exposição líquida				(2.639.175)	(1.347.002)	(1.366.484)	(19.482)

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e debêntures, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2023	2022
Empréstimos	13	-	675.707
Debêntures	14	2.066.866	2.135.594
Partes relacionadas	16	1.127.712	2.427.057
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(555.507)	(1.162.107)
Dívida líquida		2.639.071	4.076.251
Patrimônio líquido	18	9.456.037	8.262.484
Total do capital		12.095.108	12.338.735
Índice de alavancagem financeira - (%)*		22	33

(*) Dívida líquida / total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os

ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 22).

5.1.2. Composição

	2023	2022
Caixas e bancos	104	58
Aplicações financeiras	555.403	1.162.049
Certificado de depósito bancário (CDB)	555.403	1.162.049
	555.507	1.162.107

5.2. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa

5.2.1. Política contábil

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia através de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia.

5.2.2. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2023	2022
AAA	AAA	AAA	6	272.722
-	AAA	AAA	99.938	-
AAA	-	AAA	-	109.616
AAA	-	-	116.048	2
-	AA	-	283.604	665.027
AAA	AAA	-	55.911	114.740
			555.507	1.162.107

6. Concessionárias e permissionárias

6.1. Política contábil

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de concessionárias e permissionárias da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

Os CCGF representam 70% do total dos contratos de energia e os 30% restantes são comercializados no ACL.

	A vencer		Vencidos		(-) PECLD	2023	2022
	Até 90 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias				
Contratos - ACR	286.505	-	-	-	-	286.505	276.027
Contratos bilaterais - ACL	75.738	4.697	1.772	(6.469)	75.738	82.284	
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	32.607	-	-	-	32.607	8.316	
	394.850	4.697	1.772	(6.469)		394.850	366.627

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e ao Mercado de Curto Prazo (MCP), pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2023, houve constituição de PECLD no valor de R\$ 6.469 referente ao não cumprimento de cláusula contratual relativa à compra de energia elétrica por uma contraparte no ACL.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem

até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2023	2022
Ativo		
INSS a recuperar	420	-
ICMS a recuperar	4.448	3.876
ISS a recuperar	590	588
Outros	21	3
	5.479	4.467
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	240.999	255.596
PIS e COFINS a recolher	29.509	29.414
Outros	1.262	1.990
	271.770	287.000

8. Depósitos judiciais

8.1. Movimentação

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável (vide nota explicativa nº 17).

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2022	536.892	146	537.038
Variações monetárias	52.559	21	52.580
Adições	-	149	149
(-) Baixas	-	(52)	(52)
Em 31 de dezembro de 2023	589.451	264	589.715

8.2. Fiscal

O Principal depósito judicial refere-se ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo lucro presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa Selic. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 589.421.

Os demais depósitos judiciais com causas fiscais correspondem ao total de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2023.

9. Imobilizado

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído deduzido das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do resultado das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outras despesas operacionais”.

9.1.1. Imobilizado em serviço (AIS)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

9.1.2. Imobilizado em curso (AIC)

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrupa mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- i. Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- ii. Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- iii. O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- iv. Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

9.2. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2023		2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Ativo em serviço (AIS)						
Geração						
Terrenos	0,36%	29.262	(29.262)	-	-	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,38%	799.692	(721.545)	78.147	52.630	
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,74%	455.363	(443.098)	12.265	11.421	
Máquinas e Equipamentos	13,91%	1.863.839	(568.253)	1.295.586	947.000	
Veículos	6,00%	8.073	(5.069)	3.004	4.092	
Móveis e Utensílios		2.485	(579)	1.906	1.736	
		3.158.714	(1.767.806)	1.390.908	1.016.879	
Administração						
Máquinas e equipamentos	10,73%	550	(174)	376	101	
Veículos	0,00%	376	(140)	236	373	
		926	(314)	612	474	
Subtotal (AIS)		3.159.640	(1.768.120)	1.391.520	1.017.353	
Ativo em curso (AIC)						
Geração						
Outros		494.082	-	494.082	623.671	
		494.082		494.082	623.671	
Subtotal (AIC)		494.082		494.082	623.671	
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)		3.653.722	(1.768.120)	1.885.602	1.641.024	

9.3. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2022	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2023	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2023	Valor Líquido em 2022
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	771.301	-	-	28.391	799.692	28.391	(721.545)	78.147	52.630
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	452.803	172	(29)	2.417	455.363	2.560	(443.098)	12.265	11.421
Máquinas e Equipamentos	1.517.612	-	(53.526)	399.753	1.863.839	346.227	(568.253)	1.295.586	947.000
Veículos	8.039	-	-	34	8.073	34	(5.069)	3.004	4.092
Móveis e Utensílios	2.640	-	(476)	321	2.485	(155)	(579)	1.906	1.736
	2.781.657	172	(54.031)	430.916	3.158.714	377.057	(1.767.806)	1.390.908	1.016.879
Administração									
Máquinas e Equipamentos	218	-	(3)	335	550	332	(174)	376	101
Veículos	514	-	(138)	-	376	(138)	(140)	236	373
	732	-	(141)	335	926	194	(314)	612	474
Subtotal (AIS)	2.782.389	172	(54.172)	431.251	3.159.640	377.251	(1.768.120)	1.391.520	1.017.353
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Outros	623.671	301.272	-	(430.861)	494.082	(129.589)	-	494.082	623.671
	623.671	301.272		(430.861)	494.082	(129.589)		494.082	623.671
Subtotal (AIC)	623.671	301.272		(430.861)	494.082	(129.589)		494.082	623.671
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	3.406.060	301.444	(54.172)	390	3.653.722	247.662	(1.768.120)	1.885.602	1.641.024

9.4. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Outros Gastos	Total
A ratear	151.350	14.396	29.101	116.630	2.115	313.592
Ativo em curso (AIC)						
Adiantamento a fornecedores	(26.426)	-	-	-	-	(26.426)
Outros	14.278	-	-	-	-	14.278
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	139.202	14.396	29.101	116.630	2.115	301.444

9.5. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	GERADOR GE 13,8KV 130000KVA 5439A 103500KW 200,	31.201
2	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM(DIS	18.972
3	SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA BR	14.024
4	GERADOR GE 13,8KV 130000KVA 5439A 103500KW 200,	13.840
5	GERADOR GE 14,4 KV 14400 VCA 8219A 103500KW 85,7RP	13.242
6	TURBINA HIDRÁULICA-FRANCIS 176MV 85,7RPM-LIQ NOM 4	13.063
7	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM LÍQ	12.426
8	COMPORTA DE EMERGÊNCIA UG 03	12.057
9	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM QUE	11.989
10	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM QUE	11.736

9.6. Principais desativações (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	20004451-0 TURBINA UG-01 (ROTAÇÃO = 78,3 RPM)POT. 120000CV-	9.776
2	20002427-0 TURBINA UG-20 (ROTAÇÃO = 85,7 RPM)POT. 162000CV-3	5.673
3	20004457-0 TURBINA UG-10(ROTAÇÃO = 78,3 RPM)POT.120000CV-17M	4.995
4	20001212-0 GERADOR SINCRONO UG-20-TENSAO 14400V-POT. 0.95-	3.926
5	20001201-0 GERADOR SINCRONO UG-09, TENSAO 14400V-POT. 0.95-	3.926
6	20001197-0 GERADOR SINCRONO UG-04-T 14400V FATO POT. 0.95 -	3.926
7	20002423-0 TURBINA UG9(ROTAÇÃO=85,7 RPM)POT.162000-QD 32-48M	3.293
8	20002841-0 GERADOR SINCRONO UG-03, TENSAO 13800V-POT. 0.8-	2.709
9	20002844-0 GERADOR SINCRONO UG-10, TENSAO 13800V, POT. 0.8	2.709
10	20004489-0 TURBINA UG-03(ROTAÇÃO=78,3 RPM)POT.120000CV-QUEDA	2.096

9.7. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Transformadores de Força	2,86%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

9.8. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de 8 de dezembro de 2015, publicada no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à

alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

Os valores de amortização e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

10.2. Composição

	Taxa média anual de amortização	Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Valor líquido	2022 Valor líquido
Ativo em serviço (AIS)					
Geração					
Bônus de Outorga	3,17%	13.803.752	(3.627.178)	10.176.574	10.613.631
Softwares	19,10%	20.430	(8.662)	11.768	15.849
Extensão Concessão GSF	3,88%	147.862	(13.877)	133.985	139.727
		13.972.044	(3.649.717)	10.322.327	10.769.207
Administração					
Softwares	9,20%	6.325	(4.463)	1.862	2.444
		6.325	(4.463)	1.862	2.444
Subtotal (AIS)		13.978.369	(3.654.180)	10.324.189	10.771.651
Ativo em Curso (AIC)					
Geração					
Softwares		1.458	-	1.458	1.406
Custo Licença Operacional		2.187	-	2.187	843
		3.645	-	3.645	2.249
Administração					
Softwares		856	-	856	568
		856	-	856	568
Subtotal (AIC)		4.501	-	4.501	2.817
Total do Ativo intangível (AIS+AIC)		13.982.870	(3.654.180)	10.328.690	10.774.468

10.3. Movimentação do intangível

	Valor bruto em 2022	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2023	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2023	Valor líquido em 2022
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(3.627.178)	10.176.574	10.613.631
Softwares	20.615	-	-	(185)	20.430	(185)	(8.662)	11.768	15.849
Extensão Concessão GSF	147.862	-	-	-	147.862	-	(13.977)	133.985	139.727
Subtotal (AIS)	13.972.229				13.972.044		(3.649.717)	10.322.327	10.769.207
Administração									
Softwares	6.325	-	-	-	6.325	-	(4.463)	1.862	2.444
Subtotal (AIS)	6.325				6.325		(4.463)	1.862	2.444
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Softwares	1.406	257	-	(205)	1.458	52	-	1.458	1.406
Custo Licença Operacional	843	1.344	-	-	2.187	1.344	-	2.187	843
Subtotal (AIC)	2.249	1.601		(205)	3.645	1.396		3.645	2.249
Administração									
Softwares	568	288	-	-	856	288	-	856	568
Subtotal (AIC)	568	288		(205)	856	288		856	568
Total do ativo intangível (AIS+AIC)	13.981.371	1.889		(390)	13.982.870	1.499	(3.654.180)	10.328.690	10.774.468

10.4. Itens que compõem o intangível

10.4.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10.4.2. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.4.3. Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- Empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- Restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- Geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação foi estabelecida mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

11. Fornecedores

11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.2. Composição

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	844	2.920
Materiais e serviços contratados	32.175	45.313
Encargos de uso da rede elétrica	53.481	53.391
TUST	53.481	53.391
	86.500	101.624

12. Encargos setoriais

12.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

12.2. Composição

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	24.377	-	24.377	18.821	-	18.821
P&D	54.763	23.744	78.507	54.928	27.448	82.376
TSFEE	4.069	-	4.069	3.896	-	3.896
	83.209	23.744	106.953	77.645	27.448	105.093

12.3. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou

solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

Em 19 setembro de 2023 entrou em vigor a Resolução Normativa 1.074, que aprovou os novos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQuI) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

12.4.1. Composição do P&D

	2023			2022
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.779	-	2.779	2.691
MME	1.388	-	1.388	1.344
CDE	766	-	766	740
P&D	-	73.574	73.574	77.601
	4.933	73.574	78.507	82.376

12.4.2. Movimentação do P&D

	FNDCT	MME	CDE	P&D	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.691	1.344	740	77.601	82.376
Constituição	15.330	7.665	4.599	10.731	38.325
Juros	-	-	-	2.954	2.954
Recolhimentos	(15.242)	(7.621)	(4.573)	-	(27.436)
Realizações	-	-	-	(17.712)	(17.712)
Em 31 de dezembro de 2023	2.779	1.388	766	73.574	78.507
Circulante	2.779	1.388	766	49.830	54.763
Não circulante	-	-	-	23.744	23.744

12.5. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

13. Empréstimos

13.1. Política contábil

Os empréstimos, eram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação, eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

13.2. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), com vencimento em 29 de junho de 2023 e remuneração de DI + 0,45%. As amortizações são anuais sempre em junho de cada ano, no valor de R\$ 675.000.

No dia 29 de junho de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de principal e juros, liquidando o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo Mitsubishi.

13.3. Composição

Instituição Financeira	Remuneração	Vencimento	2022		
			Principal	Circulante	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI +0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	707	675.707
			675.000	707	675.707

13.4. Movimentação

Em 31 de dezembro de 2022	675.707
Apropriação de juros	44.008
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(44.715)
Em 31 de dezembro de 2023	-

14. Debêntures

14.1. Política contábil

As debêntures, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2023			
				Principal	Circulante Variação monetária e (custos de transação)	Total	Não circulante Variação monetária e (custos de transação)
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	44.388	164.388	120.000
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	195.000	9.850	204.850	-
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(3.720)	(3.720)	650.000
3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	(8.984)	(8.984)	800.000
				315.000	41.534	356.534	1.570.000
							140.332
							1.710.332

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2022			
				Principal	Circulante Variação monetária e (custos de transação)	Total	Não circulante Variação monetária e (custos de transação)
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	(771)	119.229	-
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	3.906	3.906	68.749
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	-	9.974	9.974	(155)
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(3.513)	(3.513)	650.000
3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	(8.424)	(8.424)	800.000
				120.000	1.172	121.172	1.885.000
							129.422
							2.014.422

14.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2025	2026	2027	a partir de 2029	Total
Debêntures 1 ^a emissão série 2	162.422	-	-	-	162.422
Debêntures 2 ^a emissão série 2	-	-	-	749.391	749.391
Debêntures 3 ^a emissão série única	-	398.772	399.747	-	798.519
	162.422	398.772	399.747	749.391	1.710.332

14.4. Movimentação

	1 ^a emissão		2 ^a emissão		3 ^a emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série única		
Em 31 de dezembro de 2022	119.229	312.655	204.819	709.409	789.482	2.135.594	
Capitalização de custos de transação	114	942	-	1.734	-	2.790	
Capitalização de juros	9.113	18.129	-	34.682	-	61.924	
Capitalização de variação monetária	-	14.496	-	34.388	-	48.884	
Amortização de custo de transação	-	-	373	-	613	986	
Apropriação de juros	-	-	27.136	-	112.027	139.163	
Pagamento de debêntures	(120.000)	-	-	-	-	(120.000)	
Pagamento de juros	(8.456)	(19.412)	(27.478)	(34.542)	(112.587)	(202.475)	
Em 31 de dezembro de 2023	-	326.810	204.850	745.671	789.535	2.066.866	

14.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/08/2018	16/08/2025	240.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Pagamentos de gastos, despesas e outras dívidas relacionadas ao Projeto de modernização das UHEs
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/08/2021	15/08/2024	195.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	1	Reforço de capital de giro
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/08/2021	15/08/2031	650.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupá e Ilha Solteira
3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/08/2022	27/08/2027	800.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Semestral	2	Alongamento do perfil do endividamento e reforço de capital de giro

14.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

14.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.7.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira, Segunda e Terceira emissão:

- i. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (ANEEL).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2023	2022
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior 2,0	19,39	12,19
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,50	0,60
Dívidal total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,24	0,30

14.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira, Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 75 milhões da 1ª emissão, R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures.

15. Juros sobre o capital próprio a pagar

15.1. Política contábil

A distribuição de juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidentes, que é registrado em conta apropriada.

15.2. Movimentação

	Saldo em 2022	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2023
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	362.668	427.835	(362.668)	427.835
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	181.332	213.915	(181.332)	213.915
544.000	641.750	(544.000)	641.750	

16. Partes relacionadas

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 5.800 para 2023.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo para administradores	5.020	4.969
Benefícios pós-emprego	222	171
5.242	5.140	

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho ANEEL n.º 2.018, de 10 de julho de 2017.

Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre a Companhia e as empresas Rio Canoas Energia S.A, Rio Verde Energia S.A, Rio Paranapanema Energia S.A., tal contrato passou a ser apurado a partir de agosto de 2022.

	2023			2022		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	7.667	-	7.667	-	6.523
Rio Canoas Energia S.A.	128	12	-	12	155	47
Rio Verde Energia S.A.	73	10	-	10	88	10
CTG Trading Brasil Ltda.	167	-	-	-	60.537	-
Rio Paranapanema Energia S.A.	608	795	-	795	706	997
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	-	-	31	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	-	381.345	746.367	1.127.712	-	818.266
	976	389.829	746.367	1.136.196	61.517	825.843
						1.608.791
						2.427.057
						1.608.791
						2.434.634

16.4. Resultado

	2023			2022		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(57.883)	(57.883)	-	(56.319)	(56.319)
Rio Canoas Energia S.A.	-	1.289	1.289	-	460	460
Rio Verde Energia S.A.	-	729	729	-	286	286
CTG Trading Brasil Ltda.	778	-	778	11.790	-	11.790
Rio Panamena Energia S.A.	-	(4.453)	(4.453)	-	(1.420)	(1.420)
Rio Sapucaí-Mirim Ltda.	-	274	274	-	116	116
	778	(60.044)	(59.266)	11.790	(56.877)	(45.087)

16.5. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuênci a do órgão regulador, conforme despacho ANEEL nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato, mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil e a taxa de conversão para 31 de dezembro de 2023 em dólar foi de R\$ 4,8413, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

16.5.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.427.057
Pagamento de principal	(1.141.968)
Pagamento de juros	(77.780)
Apropriação de juros	80.105
Variação cambial ativa	(399.722)
Variação cambial passiva	248.054
Imposto de renda	(8.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.127.712

16.5.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2025
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	746.367
	746.367

Em razão das oportunidades em relação às taxas de conversão, a Companhia amortizou de forma antecipada, as parcelas de maio e novembro de 2023 e a parcela a vencer de maio de 2024.

Com isso, a Companhia reduziu o valor de face de atualização dos juros dessa obrigação e o respectivo efeito da variação cambial.

16.6. Características do contrato com a Lux

Remuneração	Data da emissão	Data de vencimento	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
4,29% ao ano + USD	22/08/2016	20/11/2025	semestral	17	Pagamento da primeira parcela da bonificação da outorga para a exploração, pelo prazo de 30 anos, das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Eng. Souza Dias (Jupiá).

17. Provisões para riscos

17.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. Haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. É provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. O valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo. A Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo ("CESP").

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um esforço duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

17.2. Provisões para riscos prováveis

17.2.1. Composição

	2023		2023		2022	
	Circulante	Provisões líquidas	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	
Trabalhistas	-		4.377	(1.304)	3.073	1.902
Cíveis	-		11	-	11	1
Regulatórias	19.883		-	-	-	183.399
	19.883		4.388	(1.304)	3.084	185.302

17.2.2. Movimentação

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902	1	183.399	185.302
Provisões para riscos				
Provisões / (reversões)	2.857	9	-	2.866
Variações monetárias	450	1	12.338	12.789
Acordos / pagamentos	(831)	-	(175.854)	(176.685)
	2.476	10	(163.516)	(161.030)
Depósitos judiciais				
Variações monetárias	(13)	-	-	(13)
(Adições)	(1.875)	-	-	(1.875)
Baixas	583	-	-	583
	(1.305)	-	-	(1.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

17.2.3. Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Companhia.

17.2.4. Regulatórias

Conforme nota explicativa nº 1.5 foi aplicado o Despacho 497/2023 que determinou à CCEE o recálculo e recontabilização dos valores de valor dos Impostos e Contribuições (VIC) de janeiro de 2016 a janeiro de 2022 referente aos ajustes de PIS/COFINS, resultando na dedução de R\$ 155,5 milhões na liquidação da receita de cotas referente ao mês de junho, registrada em julho de 2023. A partir da apuração inicial houve uma nova revisão da apuração com liquidação complementar de R\$ 20,3 milhões, em outubro de 2023.

17.3. Contingências possíveis

17.3.1. Composição

	2023	2022
Ambientais	16.391	1.324.614
Fiscais	594.665	541.691
Trabalhistas	6.984	8.730
Cíveis	3.883	13
Regulatórias	2.435	-
	624.358	1.875.048

17.3.2. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 6.984. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes do arquivamento de ações trabalhistas em razão de acordo com a Companhia ou terceiras, bem como improcedência de ações.

17.3.3. Fiscais

- i. Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Administração, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso considerando 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 589.421.
- ii. Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.719.

17.3.4. Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de atualizações monetárias relativas às ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

- i. Ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente – (APP) e recuperação dos danos ambientais causados;
- ii. Cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
- iii. Manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
- iv. Supostos prejuízos causados aos pescadores;
- v. Cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

• Ações Civis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:

- i. Recuperação da APP;
- ii. A demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
- iii. Pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP;

- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), totalizando R\$ 8.521, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de soltura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS (“Ação Peixamento”), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHE's Jupiá e Ilha Solteira. O Processo encontra-se em fase de instrução, sendo que a Rio Paraná já apresentou sua Contestação, aguardando decisão de 1^a instância. O valor atualizado é de R\$ 5.886;
- Ações de indenização por danos morais e materiais ajuizadas por supostos pescadores em face da Rio Paraná e CESP/AUREN, cuja discussão se refere ao suposto dano causado pelo blecaute ocorrido na UHE JUP em 2009, o qual teria levado à morte de peixes na região do rio Paraná, reduzindo a renda mensal dos mesmos. Os processos já tiveram decisão de 1^a instância favorável à Rio Paraná, sendo que os autores interpuseram Embargos de Declaração. O valor atualizado é de R\$ 1.984.

17.3.5. Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 2.435, tendo em vista o recebimento de 7 Ações ajuizadas pelo Municípios no entorno do reservatório da UHE Ilha Solteira em face da ANEEL, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1^a instância.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Posição acionária em 2023 e 2022		
	Ação ordinária	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
7.014.326.211	100,00	

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

18.2. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

18.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

18.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023	2022
Lucro líquido do exercício regulatório	1.948.553	1.683.997
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	302.869	246.173
Lucro líquido do exercício societário	2.251.422	1.930.170
Constituição de reserva legal	112.571	96.509
Base de cálculo dos dividendos	2.138.851	1.833.661
Distribuições		
JSCP	755.000	640.000
	755.000	640.000
Distribuições mínimas obrigatórias (25%)	534.713	458.416
Distribuições adicionais	220.287	181.584

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

Deliberações das distribuições:

Deliberações	Provento	Montante R\$ mil	Valor por ação R\$
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	755.000	0,10764
RCA de 19/12/2022	Juros sobre capital próprio	640.000	0,09124
AGO de 29/04/2022	Dividendos	9.351	0,00133

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente

19. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

19.1. Política contábil

19.1.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela contabilização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

19.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

19.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- i. GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão;
- ii. Reembolsos da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

19.2. Energia elétrica vendida

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão da Companhia, e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (Cotas)	85	77	14.738.197	15.596.895	3.354.741	3.109.282
ACL - Ambiente de contratação Livre	53	55	5.245.045	5.291.989	970.793	908.301
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	694.373	282.266	61.502	28.008
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	255.879	34.513	4.228	351
	138	132	20.933.494	21.205.663	4.391.264	4.045.942

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

19.3. Energia comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Contratos bilaterais	46.766	32.466	9.936	6.212
Mercado de curto prazo (MCP)	18.976	53.166	5.558	3.436
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	334.600	1.438.597	5.033	22.588
(-) Crédito de PIS	-	-	(417)	(474)
(-) Crédito de COFINS	-	-	(1.920)	(2.185)
	400.342	1.524.229	18.190	29.577

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

19.4. Encargos de uso da rede elétrica

19.4.1. Política contábil

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela ANEEL são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. Valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- ii. Valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2023	2022
TUST	616.255	576.810
TUSD	16.955	14.124
Encargos de conexão	155	192
(-) Crédito de PIS	(10.432)	(9.664)
(-) Crédito de COFINS	(48.052)	(44.512)
	574.881	536.950

20. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

	De operação	Gerais e administrativas	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	2022
Gerenciáveis					
Pessoal e administradores	83.885	9.830	-	93.715	89.061
Material	8.089	11	-	8.100	8.454
Material de manut. edif. obras civis benfeitorias	65	-	-	65	113
Material de manut. máquinas e equipamentos	2.313	-	-	2.313	2.887
Materiais e ferramentas de trabalho	134	-	-	134	516
Material para meio ambiente	24	-	-	24	117
Material de segurança e EPI	1.087	-	-	1.087	1.265
Material de uso e consumo	2.206	-	-	2.206	925
Material - Outros	2.260	11	-	2.271	2.631
Serviços de terceiros	40.359	73.714	-	114.073	110.227
Serviços de terceiros - Consultorias	4.126	2.866	-	6.992	10.665
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	3.801	-	-	3.801	3.211
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	6.675	108	-	6.783	5.911
Serviços de terceiros - Meio ambiente	3.516	-	-	3.516	5.046
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	69.489	-	69.489	60.535
Serviço de atualização e manut. de softwares	3.122	372	-	3.494	2.258
Serviços de comunicação	2.731	20	-	2.751	2.782
Serviços Manutenção	8.678	-	-	8.678	13.164
Serviços de terceiros - Outros	7.710	859	-	8.569	6.655
Arrendamentos e alugueéis	547	221	-	768	2.184
Seguros	10.216	226	-	10.442	8.509
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.469	-	-	6.469	-
Depreciação e amortização	502.151	2.022	-	504.173	495.550
Depreciação	55.448	1.441	-	56.889	49.599
Amortização	446.703	581	-	447.284	445.951
Outros	6.424	11.257	(15.215)	2.466	11.652
	658.140	97.281	(15.215)	740.206	725.637

21. Custos e despesas de benefícios a empregados

	2023	2022
Remuneração	49.587	47.801
Outros benefícios	14.422	12.635
Encargos	17.384	16.516
Previdência privada	1.596	1.993
Participação nos lucros e resultados	10.726	10.116
	93.715	89.061

22. Resultado financeiro

22.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2023	2022
Receitas		
Aplicações financeiras	73.077	107.319
Variações monetárias	52.816	43.198
Depósitos judiciais	52.593	43.097
Inadimplência CCEE	223	101
Variação cambial ativa	399.722	850.111
Outras receitas financeiras	206	255
	525.821	1.000.883
Despesas		
Juros	(263.276)	(348.580)
Debêntures	(139.163)	(85.151)
Empréstimos	(44.008)	(119.437)
Partes relacionadas	(80.105)	(143.989)
Outros	-	(3)
Variação cambial passiva	(248.054)	(648.957)
Variações monetárias	(15.743)	(24.347)
Provisões para riscos	(12.789)	(20.412)
Outras	(2.954)	(3.935)
Outras despesas financeiras	(1.942)	(2.144)
	(529.015)	(1.024.028)
	(3.194)	(23.145)

23. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

23.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

23.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022				
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(623.988)	(224.636)	(848.624)	(553.413)	(199.229)	(752.642)
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva						
Juros sobre o capital próprio	188.751	67.950	256.701	160.000	57.600	217.600
Equivalência patrimonial de controlada	10	4	14	11	4	15
Doações incentivadas	10.890	-	10.890	12.130	-	12.130
Incentivos fiscais	70	-	70	74	-	74
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	30.515	10.985	41.500	-	-	-
Outras (adições) permanentes, líquidas	(5.841)	(2.110)	(7.951)	(5.236)	(1.894)	(7.130)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(399.593)	(147.807)	(547.400)	(386.434)	(143.519)	(529.953)
IRPJ e CSLL correntes	286.166	106.974	393.140	294.154	110.297	404.451
IRPJ e CSLL diferidos	113.427	40.833	154.260	92.106	33.158	125.264
Total do IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	399.593	147.807	547.400	386.260	143.455	529.715
Ajustes correntes - Exercícios anteriores	-	-	-	47	-	64
Ajustes diferidos - Exercícios anteriores	-	-	-	174	64	238
Total do IRPJ e CSLL com efeito no resultado	399.593	147.807	547.400	386.387	143.502	529.889
Aliquota efetiva	16,0%	5,9%	21,9%	17,5%	6,5%	23,9%

23.2. Tributos diferidos

23.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações

contábeis regulatórias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	50.100	18.036	68.136	143.722	51.740	195.462
Provisões para risco	4.286	1.543	5.829	12.534	4.512	17.046
Participação nos lucros e resultados	3.132	1.128	4.260	2.641	951	3.592
Direito de uso	117	42	159	170	61	231
Outras provisões	333	121	454	624	224	848
Total	57.968	20.870	78.838	159.691	57.488	217.179
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	(33.496)	(12.059)	(45.555)	(34.932)	(12.575)	(47.507)
Juros sobre depósitos vinculado	(43.401)	(15.624)	(59.025)	(30.261)	(10.894)	(41.155)
Total	(76.897)	(27.683)	(104.580)	(65.193)	(23.469)	(88.662)
Imposto diferido líquido	(18.929)	(6.813)	(25.742)	94.498	34.019	128.517

24. Lucro por ação

24.1. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	1.948.553	1.683.997
Denominador (Média ponderada em lote de mil ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ações, em reais	0,27780	0,24008

25. Instrumentos financeiros

25.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

25.2. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

25.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

25.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

25.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

25.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

25.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2023		2022	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	5	104	104	58	58
Aplicações financeiras	Valor justos por meio do resultado	Nível 2	5	555.403	555.403	1.162.049	1.162.049
Concessionária e permissionárias	Custo amortizado	-	6	394.850	394.850	366.627	366.627
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	8	589.715	589.715	537.038	537.038
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	16	976	976	61.517	61.517
				1.541.048	1.541.048	2.127.289	2.127.289
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	11	86.500	86.500	101.624	101.624
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	12	106.953	106.953	105.093	105.093
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	16	1.136.196	1.136.196	2.434.634	2.434.634
Empréstimos	Custo amortizado	-	13	-	-	675.707	675.707
Debêntures	Custo amortizado	-	14	2.066.866	2.092.109	2.135.594	2.234.546
Juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	-	15	641.750	641.750	544.000	544.000
				4.038.265	4.063.508	5.996.652	6.095.604

A companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2023 e 2022.

26. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura Operacional		
Risco operacional	04/08/2023 a 04/08/2024	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2023 a 04/08/2024	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2024	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2023 a 08/12/2024	150.000
Modernização Rio Paraná		
Riscos de engenharia	16/06/2023 a 03/04/2024	330.000
Responsabilidade civil geral	16/06/2023 a 02/04/2024	50.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

27. Compromissos

27.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de longo prazo no ACL e ACR conforme abaixo:

Contratos	Compromissos até
ACR - Regime de cotas	2047
ACL - Contratos bilaterais	2028

28. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade

	2023			2022		
	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Suprimento de Energia Elétrica	4.325.534	-	4.325.534	4.017.583	-	4.017.583
Energia Elétrica de Curto Prazo	65.730	-	65.730	28.359	-	28.359
	4.391.264	-	4.391.264	4.045.942	-	4.045.942
Tributos						
ICMS	(6)	-	(6)	(3.417)	-	(3.417)
PIS-PASEP	(69.554)	-	(69.554)	(66.702)	-	(66.702)
COFINS	(320.371)	-	(320.371)	(307.232)	-	(307.232)
	(389.931)	-	(389.931)	(377.351)	-	(377.351)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(38.324)	-	(38.324)	(35.289)	-	(35.289)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(117.863)	-	(117.863)	(91.507)	-	(91.507)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(12.761)	-	(12.761)	(12.878)	-	(12.878)
	(168.948)	-	(168.948)	(139.674)	-	(139.674)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	3.832.385	-	3.832.385	3.528.917	-	3.528.917
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(18.190)	-	(18.190)	(29.577)	-	(29.577)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(574.881)	-	(574.881)	(536.950)	-	(536.950)
	(593.071)	-	(593.071)	(566.527)	-	(566.527)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.239.314	-	3.239.314	2.962.390	-	2.962.390
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(93.715)	-	(93.715)	(89.061)	-	(89.061)
Material	(8.100)	-	(8.100)	(8.454)	-	(8.454)
Serviços de Terceiros	(114.073)	-	(114.073)	(110.227)	-	(110.227)
Arrendamentos e Alugueis	(768)	-	(768)	(2.184)	-	(2.184)
Seguros	(10.442)	-	(10.442)	(8.509)	-	(8.509)
Depreciação e Amortização	(504.173)	-	(504.173)	(495.550)	-	(495.550)
Outras Despesas Operacionais	(17.681)	15.215	(2.466)	(13.146)	1.494	(11.652)
	(755.421)	15.215	(740.206)	(727.131)	1.494	(725.637)
Resultado da atividade	2.483.893	15.215	2.499.108	2.235.259	1.494	2.236.753
Equivalência patrimonial	-	39	39	-	42	42
Resultado financeiro						
Recetas	525.821	-	525.821	1.000.883	-	1.000.883
Despesas	(529.015)	-	(529.015)	(1.024.028)	-	(1.024.028)
	(3.194)	-	(3.194)	(23.145)	-	(23.145)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	2.480.699	15.254	2.495.953	2.212.114	1.536	2.213.650
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(547.400)	-	(547.400)	(529.653)	-	(529.653)
Lucro líquido do exercício	1.933.299	15.254	1.948.553	1.682.461	1.536	1.683.997

29. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societária:

29.1. Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Ativo	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		555.507	-	555.507	1.162.107	-	1.162.107
Concessionárias e permissionárias		394.850	-	394.850	366.587	-	366.587
Parte Relacionada		976	-	976	61.517	-	61.517
Tributos a recuperar		5.479	-	5.479	4.467	-	4.467
Serviços em curso		49.830	-	49.830	50.153	-	50.153
Ativo financeiro vinculado à concessão	29.1.1	-	1.232.556	1.232.556	-	1.182.734	1.182.734
Outros créditos		35.803	-	35.803	34.550	-	34.550
Total do ativo circulante		1.042.445	1.232.556	2.275.001	1.679.381	1.182.734	2.862.115
Não circulante							
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	40	-	40
Impostos diferidos	29.1.2	78.838	(78.838)	-	128.517	(128.517)	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	29.1.1	-	11.013.212	11.013.212	-	10.727.356	10.727.356
Depósitos Judiciais		589.715	-	589.715	537.038	-	537.038
		668.553	10.934.374	11.602.927	665.595	10.598.839	11.264.434
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	1.173	-	1.173
Imobilizado	29.1.1	1.885.602	(1.833.945)	51.657	1.641.024	(1.591.657)	49.367
Intangível	29.1.1	10.328.690	(4.240.514)	6.088.176	10.774.468	(4.431.001)	6.343.467
Total do ativo não circulante		12.882.845	4.859.915	17.742.760	13.082.260	4.576.181	17.658.441
Total do ativo		13.925.290	6.092.471	20.017.761	14.761.641	5.758.915	20.520.556
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		86.500	-	86.500	101.624	-	101.624
Provisão de grandes reparos	29.1.3	-	338.931	338.931	-	331.680	331.680
Partes relacionadas		389.829	-	389.829	825.843	-	825.843
Encargos Setoriais		83.209	-	83.209	77.645	-	77.645
Empréstimos		-	-	-	675.707	-	675.707
Debêntures		356.534	-	356.534	121.172	-	121.172
Salários, provisões e contribuições sociais		27.253	-	27.253	24.932	-	24.932
Juros sobre o capital próprio - JSCP		641.750	-	641.750	544.000	-	544.000
Tributos a recolher		271.770	-	271.770	287.000	-	287.000
Provisões para riscos		19.883	-	19.883	-	-	-
Outras obrigações		2.356	-	2.356	1.947	-	1.947
Total do passivo circulante		1.879.084	338.931	2.218.015	2.659.870	331.680	2.991.550
Não circulante							
Provisão de grandes reparos	29.1.3	-	1.545.160	1.545.160	-	1.722.520	1.722.520
Encargos setoriais		23.744	-	23.744	27.448	-	27.448
Debêntures		1.710.332	-	1.710.332	2.014.422	-	2.014.422
Partes relacionadas		746.367	-	746.367	1.608.791	-	1.608.791
Impostos diferidos	29.1.2	104.580	1.421.558	1.526.138	-	1.220.762	1.220.762
Provisões para riscos		3.084	-	3.084	185.302	-	185.302
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		302	-	302	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		1.760	-	1.760	3.324	-	3.324
Total do passivo não circulante		2.590.169	2.966.718	5.556.887	3.839.287	2.943.282	6.782.569
Total do passivo		4.469.253	3.305.649	7.774.902	6.499.157	3.274.962	9.774.119
Patrimônio líquido							
Capital social		6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva Legal		622.281	-	622.281	509.710	-	509.710
Lucros retidos		2.184.739	2.786.822	4.971.561	1.103.757	2.483.953	3.587.710
Total do patrimônio líquido		9.456.037	2.786.822	12.242.859	8.262.484	2.483.953	10.746.437
Total do passivo e patrimônio líquido		13.925.290	6.092.471	20.017.761	14.761.641	5.758.915	20.520.556

29.1.1. Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

		2023	2022
Imobilizado - Regulatório		1.885.602	1.641.024
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória			
Imobilizado Modernização - em serviço		(1.334.177)	(953.466)
Projetos de Modernização e adiantamentos - em curso		(451.167)	(585.027)
Depreciação pela concessão		19.255	9.738
Transferência de imobilizado para intangível		(67.856)	(62.902)
		(1.833.945)	(1.591.657)
Imobilizado - Societário		51.657	49.367

	2023	2022
Intangível - Regulatório	10.328.690	10.774.468
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Bonificação para Outorga	(6.640.445)	(6.925.635)
Projetos em andamento - Grandes Reparos	2.332.075	2.431.732
Transferência de imobilizado para intangível	67.856	62.902
	(4.240.514)	(4.431.001)
Intangível - Societário	6.088.176	6.343.467

Outorga

Estes ajustes são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada na base societária, conforme ICPC 01/IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão, que foi de R\$13.803.752 (treze bilhões oitocentos e três milhões setecentos e cinquenta e dois mil reais), 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12).

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

	Ativo Financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2022	11.910.090	3.687.998	15.598.088
Amortização	-	(151.868)	(151.868)
Juros e atualização monetárias	1.600.108	-	1.600.108
Liquidação juros e atualização monetária	(992.303)	-	(992.303)
Liquidação principal	(268.856)	-	(268.856)
Atualização do Retorno da Bonificação da Outorga	(3.271)	-	(3.271)
Saldo societário em 31 de dezembro de 2023	12.245.768	3.536.130	15.781.898
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2022	-	10.613.633	10.613.633
Amortização	-	(437.058)	(437.058)
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2023	-	10.176.575	10.176.575
Societário x regulatório			
2022	11.910.090	(6.925.635)	4.984.455
2023	12.245.768	(6.640.445)	5.605.323

29.1.2. Impostos diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo do IRPJ e CSLL, basicamente em função dos registros societários realizados relativos à outorga e provisão de grandes reparos, que são nulos na base regulatória.

29.1.3. Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado na base societária, no montante de R\$ 1.884.091 (R\$ 338.931 no passivo circulante e R\$ 1.545.160 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional, sendo referentes à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e nas estimativas de engenheiros e administração, foi provisionado na base societária o valor total que

se espera despeser nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia e foi reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, sendo o passivo realizado conforme efetivação dos gastos.

Para fins regulatórios, os ativos decorrentes do projeto de modernização são reconhecidos conforme custo incorrido no imobilizado em curso, e inicialmente não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Após a entrada em operação das unidades geradoras modernizadas, o valor é reconhecido como imobilizado em serviço e tem sua depreciação iniciada, conforme determinado no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

29.1.4. Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado (vide nota 29.3.2) entre as bases regulatória e societária, que em 2023 representam um aumento de R\$ 302.869 e em 2022 um aumento de R\$ 246.173.

29.1.4.1. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

		2023	2022
Patrimônio líquido societário		12.242.859	10.746.437
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória			
Reembolso da outorga		4.522.383	3.261.224
Atualização do ativo financeiro		(7.760.891)	(6.164.054)
Diferença nas taxas de depreciação		(1.893.652)	(1.658.289)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos		844.944	727.888
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis		1.500.394	1.349.278
		(2.786.822)	(2.483.953)
Patrimônio líquido regulatório		9.456.037	8.262.484

29.2. Demontração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2023	2022				
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de Energia Elétrica	29.2.1	4.325.534	(1.261.159)	3.064.375	4.017.583	(1.175.583)	2.842.000
Energia Elétrica de Curto Prazo		65.730	-	65.730	28.359	-	28.359
Outorga	29.2.2	-	1.596.837	1.596.837	-	1.675.249	1.675.249
Tributos							
ICMS		(6)	-	(6)	(3.417)	-	(3.417)
PIS-PASEP		(69.554)	-	(69.554)	(66.702)	-	(66.702)
COFINS		(320.371)	-	(320.371)	(307.232)	-	(307.232)
		(389.931)	-	(389.931)	(377.351)	-	(377.351)
Encargos - Parcada "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38.324)	-	(38.324)	(35.289)	-	(35.289)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(117.863)	-	(117.863)	(91.507)	-	(91.507)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(12.761)	-	(12.761)	(12.876)	-	(12.876)
		(168.948)	-	(168.948)	(139.674)	-	(139.674)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		3.832.385	335.678	4.168.063	3.528.917	499.666	4.028.583
Custos não gerenciáveis - Parcada "A"							
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(18.190)	-	(18.190)	(29.577)	-	(29.577)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(574.881)	-	(574.881)	(536.950)	-	(536.950)
		(593.071)	-	(593.071)	(566.527)	-	(566.527)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.239.314	335.678	3.574.992	2.962.390	499.666	3.462.056
Custos gerenciáveis - Parcada "B"							
Pessoal e Administradores		(93.715)	-	(93.715)	(89.061)	-	(89.061)
Material		(8.100)	-	(8.100)	(8.454)	-	(8.454)
Serviços de Terceiros		(114.073)	-	(114.073)	(110.227)	-	(110.227)
Arrendamento e Alugueis		(768)	-	(768)	(2.184)	1.322	(862)
Seguros		(10.442)	-	(10.442)	(8.509)	-	(8.509)
Provisões		(6.469)	-	(6.469)	-	-	-
Depreciação e Amortização	29.2.3	(504.173)	235.363	(268.810)	(495.550)	229.465	(266.085)
Outras Despesas Operacionais		(2.466)	-	(2.466)	(11.652)	-	(11.652)
		(740.206)	235.363	(504.843)	(725.637)	230.787	(494.850)
Resultado da atividade		2.499.108	571.041	3.070.149	2.236.753	730.453	2.967.206
Equivalência patrimonial		39	-	39	42	-	42
Resultado financeiro	29.2.4						
Receitas		525.821	-	525.821	1.000.883	-	1.000.883
Despesas		(529.015)	(117.056)	(646.071)	(1.024.028)	(361.199)	(1.385.227)
		(3.194)	(117.056)	(120.250)	(23.145)	(361.199)	(384.344)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.495.953	453.985	2.949.938	2.213.650	369.254	2.582.904
Despesa com Impostos sobre o Lucro	29.2.5	(547.400)	(151.116)	(698.516)	(529.653)	(123.081)	(652.734)
Lucro líquido do exercício		1.948.553	302.869	2.251.422	1.683.997	246.173	1.930.170

29.2.1. Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios é reconhecida diretamente no resultado, enquanto na base societária o reconhecimento ocorre como baixa do ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga, conforme modelo bifurcado de contabilização societária (vide nota 29.1.1).

29.2.2. Outorga

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados apenas na base societária.

29.2.3. Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização entre a base regulatória e a base societária. As taxas de depreciação e amortização utilizadas para ambas as bases são as determinadas pela ANEEL presentes no MCPSE, porém temos diferenças entre as composições das bases societária e regulatória como a bifurcação da outorga e o reconhecimento de imobilizado e intangível em razão da provisão de grandes reparos (vide nota 29.1.1).

29.2.4. Resultado financeiro

Os ajustes em despesas financeiras são decorrentes do AVP e da atualização monetária da provisão para grandes reparos, registrados apenas na base societária.

29.2.5. Despesas com impostos sobre os lucros

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

29.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	2.251.422	1.930.171
Feitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	1.261.159	1.175.583
Atualização do ativo financeiro	(1.596.837)	(1.675.249)
	(335.678)	(499.666)
Nos custos gerenciáveis		
Diferença nas taxas de depreciação	(235.363)	(229.466)
IFRS 16 - Contratos de locação	-	(1.322)
	(235.363)	(230.788)
No resultado financeiro		
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	117.056	361.199
	117.056	361.199
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	151.116	123.081
	151.116	123.081
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	1.948.553	1.683.997

Membros da Administração

Conselho de Administração

Liyi Zhang
Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Conselheiro

Xingyang Cao
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

Rio Paraná Energia S.A.

*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

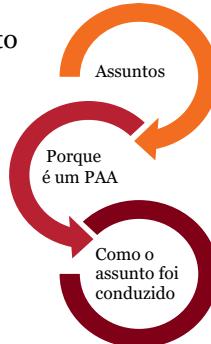
Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Rio Paraná Energia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para riscos (Nota 16)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais e tributárias, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos.

Para as questões ambientais, as Ações Civis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota.

Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formal desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Rio Paraná Energia S.A.

Outros assuntos

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 28 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

Rio Paraná Energia S.A.

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Rio Paraná Energia S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5